



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Gabinete da Ministra
Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade
Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade e Inclusão

ATA DE REUNIÃO

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO (CPADI) DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI).

1 DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Reunião realizada em 10 de março de 2026, às 10h, em formato online, via MS Teams.

2 PESSOAS PRESENTES

Pessoas membras do Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade e Inclusão: **Juliana Mendes Rodrigues** – Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade; **Sara de Souza Coutinho** – Assessoria Especial de Assuntos Internacionais; **Karina Mendes Nunes Viana** – Assessoria Especial Controle Interno; **Ana Laura Becker de Aguiar** – Assessoria Especial de Cooperação Federativa; **Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia** – Secretária Executiva; **Raquel de Araújo Aragão** – Ouvidoria; **Érica Bezerra Queiroz** – Corregedoria; **Mariana Munhoz da Mota** – Consultoria Jurídica; **Denize Coelho Cavalcanti** – Secretária de Gestão e Inovação; **Luciene Sicuti Damazo** – Secretária de Governo Digital; **Juliana Xavier Araújo** – Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; **Luciana de Almeida Toldo** – Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais; **Lucimar Rizzo Lopes dos Santos** – Secretária de Serviços Compartilhados; **Felipe Barradas Cordeiro** – Secretária Extraordinária para Transformação do Estado; **Gabriela Paula Silva Alves** – Secretária de Patrimônio da União;

Representantes de entidades vinculadas convidadas:

Tatiana Leite Lopes Romani - Escola Nacional de Administração Pública (Enap);

Representantes da sociedade civil convidadas:

Juliana Martins – Fórum Brasileiro de Segurança Pública;

Outras pessoas convidadas:

Gabriela Brasil Nascimento – Secretária de Gestão e Inovação; **Paloma Abelin** – Secretária de Gestão e Inovação; **Marcos Paulo Dias Rodrigues** – Secretária de Serviços Compartilhados; **Bárbara Gil** – Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade; **Levinsky Sousa** – Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade; **Renata Rosa** – Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade.

A 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade e Inclusão (CPADI) foi aberta pela Presidenta, Sra. Juliana Mendes Rodrigues, que deu as boas-vindas às pessoas presentes. Em seguida, apresentou a convidada Juliana Martins, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, representante da sociedade civil, além de Paloma Abelin e Gabriela Brasil, servidoras da Secretaria de Gestão e Inovação, área responsável pela implementação da política que prevê o percentual mínimo de mão de obra de mulheres vitimadas pela violência doméstica no âmbito das contratações públicas do Governo Federal (Decreto 11.430/23).

Foi registrado que a reunião ocorria na semana do Dia Internacional da Mulher e ressaltada a importância da data para a memória da luta pelos direitos das mulheres, principalmente diante do atual estado de violência perpetrada contra mulheres e meninas no Brasil, bem como foi informado às pessoas presentes que a temática principal da reunião seria o Pacto Nacional Brasil Contra o Femicídio.

A presidência elencou as ações do Ministério no pacto, que são: a) oferta de cursos para servidoras(es) públicas federais e estaduais, com foco na prevenção aos feminicídios e a violência de gênero; b) destinação de imóveis da União para finalidades sociais, como a ampliação da rede de proteção às mulheres; c) implementação do decreto 11.430/2023, que prevê o percentual mínimo de mão de obra de mulheres vitimadas pela violência doméstica nas contratações públicas; d) regulamentação da lei que prioriza a remoção de servidoras e empregadas públicas que estejam em situação de violência doméstica e familiar; e) instituição do Plano Nacional de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação na administração pública; f) Instrução Normativa 382, que orienta a aplicação de critérios de desempate em licitações públicas, buscando valorizar empresas que promovam a igualdade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho e a importância da visibilidade dessas políticas vêm sendo entregues para a sociedade e possuem forte impacto na vida das mulheres.

Na sequência, foi apresentada a pauta da reunião, que foi aprovada pelo colegiado.

4.1. ITEM 2 – **DEBATE COM A SOCIEDADE CIVIL – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.**

A Sra. Juliana Martins, representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, - FBSP, iniciou sua fala ressaltando a importância da pauta do enfrentamento ao feminicídio para a sociedade brasileira. Apresentou a história do FBSP, salientando seu objetivo de reunir diferentes perspectivas e olhares sobre o crime e a violência no país, com foco na construção do diálogo entre diferentes setores, como forças de segurança e a academia, a fim de pautar o debate público por meio da transformação de dados em informações confiáveis.

Em sua intervenção, salientou que, desde a sua criação, o Fórum publica o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, edição composta por dados, estatísticas e indicadores de crime e violência no país; e que, junto ao IPEA, desenvolve o Atlas da Violência. O Anuário utiliza dados de registros administrativos do âmbito da segurança pública, enquanto o Atlas, tem como fonte os registros do sistema de saúde. Na ocasião, a representante apresentou uma atualização dos dados sobre o contexto dos feminicídios no Brasil, a publicação "Retratos dos feminicídios no Brasil".

De acordo com o trabalho, no ano de 2025, foram contabilizadas 1.568 vítimas, representando aumento de 4,7% em relação a 2024 e de 14,5% em relação a 2021, após um período de estabilidade. O perfil das vítimas indica predominância de mulheres negras (62,6%) e com idade entre 30 e 49 anos (50%). Em mais de 80% dos casos, o autor foi companheiro ou ex-companheiro, sendo a maioria dos crimes de homicídio + feminicídio cometida por homens (97,3%). As ocorrências concentram-se em residências (66,3%) e envolvem, principalmente, o uso de arma branca (48,7%). Verificou-se que 50% dos casos ocorreram em municípios com até 100 mil habitantes, onde há baixa oferta de serviços especializados. Apenas 13,1% das vítimas possuíam medida protetiva.

Destacou-se que, embora os registros tenham melhorado, os homicídios de mulheres seguem em crescimento, com elevada subnotificação das violências anteriores, o que corrobora a necessidade de fortalecer e descentralizar a rede de proteção, aprimorar a efetividade das medidas protetivas e investir em ações preventivas.

A presidência do CPADI registrou reconhecimento pela relevância das informações apresentadas, destacando-se a qualidade do diálogo e a importância dos dados compartilhados. Ressaltou, como ponto de impacto, o dado de que 97,3% dos casos de feminicídios e homicídios com autoria conhecida são cometidos por homens, sendo considerado um indicador central para o debate público e para a formulação de políticas e comunicações institucionais, além de observada a necessidade de maior divulgação desse dado por autoridades e equipes técnicas, bem como sua incorporação em estratégias de sensibilização.

Paloma Abelin, representante da área de implementação do Decreto 11.430/2023, realizou apresentação sobre a política de cotas para mulheres em situação de violência nos contratos de mão de obra da administração pública federal, com reserva mínima de 8% das vagas, priorizando mulheres pretas, pardas e incluindo mulheres trans e travestis. A estratégia visa a promover autonomia econômica como instrumento de enfrentamento à violência, apesar de seu caráter gradual, em razão das regras de continuidade dos contratos terceirizados. Observou-se que a política tem potencial de induzir ações nos estados, com adesão e normatização locais já iniciadas por algumas unidades federativas.

Foi ressaltado o impacto indireto da política na sensibilização de gestores e na promoção de mudanças institucionais, ao inserir a temática da violência de gênero no cotidiano da administração pública e ampliar oportunidades de inserção profissional em áreas diversas.

Por fim, destacou-se que a política se encontra em processo contínuo de aprimoramento, sendo considerada uma estratégia inovadora no apoio ao enfrentamento à violência contra as mulheres, com potencial de expansão e fortalecimento.

A presidência do Comitê registrou manifestação de reconhecimento e parabenização pela implementação da política apresentada, destacando sua complexidade e relevância no enfrentamento à violência de gênero, ressaltando que, apesar dos avanços nas políticas públicas e na ampliação de direitos, observa-se um movimento de reação e retrocesso social, que pode contribuir para o aumento da violência contra as mulheres e reafirma a importância de ações contínuas de sensibilização e educação, com foco na identificação e compreensão das diversas formas de violência, considerando seu caráter estrutural e abrangente, bem como a necessidade de atuação permanente, vigilância institucional e articulação entre os atores envolvidos.

4.2. ITEM 3 – **PLANO DE TRABALHO CPADI 2026.**

O Sr. Marcos Paulo Rodrigues, da Secretaria de Serviços Compartilhados, iniciou sua fala ressaltando a relevância da pauta para o colegiado e a importância da agenda de governança, monitoramento e desempenho, complementares à agenda finalística.

Informou que a área de Governança instituiu indicadores para avaliação dos colegiados, com destaque para o Índice de Operação de Colegiados e Governança (IOG), que mede a atividade e eficácia dos comitês. Nesse contexto, foi apresentado o desempenho do colegiado, que realizou as reuniões previstas e encontros extraordinários, além de cumprir as entregas planejadas para o período, demonstrando evolução em seu nível de maturidade desde sua criação.

Foram apresentados, também, outros instrumentos de avaliação, como a Avaliação de Conformidade e Performance dos Colegiados (ACPG) e o Índice de Maturidade de Governança (IMG), voltados à análise da estrutura, funcionamento e resultados dos colegiados.

O convidado informou sobre a elaboração de um guia prático de governança, com previsão de publicação em 2026, bem como a realização de oficinas para sua construção colaborativa, com a participação dos colegiados e posterior encaminhamento de convites.

Em seguida, a Sra. Bárbara Gil apresentou a execução do Plano de Trabalho do Comitê para o ano de 2025, que trouxe ações como participação da sociedade civil, atividades relacionadas a efemérides de direitos humanos, acompanhamento de iniciativas institucionais, temas de governança e elaboração de um relatório anual. Foi comunicado que as ações previstas foram executadas integralmente em todas as reuniões, conforme planejamento, resultando em desempenho positivo, resultando em um IOG de nível máximo (1), dentro de uma escala de 0 a 1.

Na sequência, foi apresentado o Plano de Trabalho para o ano de 2026, com ajustes realizados a partir de avaliações e sugestões das pessoas participantes. Destacou-se a necessidade de otimização das pautas, com a retirada de ações recorrentes já consideradas inerentes ao funcionamento do colegiado, bem como a alteração da periodicidade de algumas atividades para formato semestral.

Por fim, o novo plano foi submetido ao conhecimento dos participantes, permanecendo aberto a sugestões e aprimoramento.

4.3. ITEM 4 - **RELATÓRIO DE ATIVIDADES CPADI 2025.**

A Sra. Bárbara Gil, da Secretaria-Executiva do CPADI, apresentou a síntese do relatório anual de atividades do Comitê, já finalizado e em fase de alinhamento para encaminhamento à Ministra. O documento contempla histórico, composição, periodicidade das reuniões, temas tratados e descrição das atividades realizadas ao longo do período.

Destacou-se, como principal resultado, o alcance dos objetivos do colegiado, com ênfase na promoção da participação social nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como na disseminação interna de temas relacionados a gênero, diversidade e perspectivas da sociedade civil.

Foram evidenciados, ainda, avanços como a valorização da memória institucional, o fortalecimento do espaço de diálogo com a sociedade civil e a

ampliação do reconhecimento das competências do Ministério.

Por fim, informou-se que, após a entrega formal à Ministra, o relatório será disponibilizado para as pessoas membras do colegiado, considerando seu caráter coletivo e colaborativo.

4.4. ITEM 5 - **AÇÕES RELATIVAS ÀS EFEMÉRIDES DE DIREITOS HUMANOS.**

A presidência do CPADI apresentou a estratégia referente às ações para o mês das mulheres. Informou que, diferentemente do ano anterior, não houve organização de ação centralizada pelo colegiado, em razão da priorização de esforços voltados ao Pacto Brasil contra o Feminicídio.

Observou-se que as ações relacionadas à temática de gênero no ministério estão sendo desenvolvidas de forma descentralizada e autônoma pelas unidades, evidenciando a internalização do tema na instituição. Foram mencionadas, ainda, iniciativas em curso, incluindo campanhas internas e externas, ações de sensibilização, o reembolso-creche voltado a pessoas trabalhadoras terceirizadas e articulações institucionais relacionadas ao pacto nacional supracitado. Por fim, destacou-se a divulgação de programação específica por parte da ENAP, com atividades e cursos abertos ao público.

4.5. ITEM 6 - **ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO SELO PNUD.**

A Sra. Daniela Peixoto, da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, apresentou informe sobre o andamento das atividades relacionadas ao Selo de Igualdade de Gênero e Raça do PNUD, comunicando que, após a realização de diagnóstico institucional e submissão da linha de base no final de 2025, houve solicitação de complementação de informações por parte do organismo internacional, especialmente quanto à demonstração de resultados de políticas implementadas.

Por fim, agradeceu o apoio das diferentes áreas do Ministério no fornecimento das informações extras requeridas, e comunicou que todas foram entregues e encontram-se sob análise do PNUD. Após esta fase, está prevista a etapa de implementação do plano de ação, a ser detalhado e posteriormente submetido ao colegiado para apreciação.

4.6. ITEM 7 - **ASSUNTOS RELACIONADOS AOS COLEGIADOS NOS QUAIS O MGI TEM ASSENTO E TEMAS AFINS - CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS (CNAHQ).**

A Sra. Sheila Christina Mello, Diretora-Geral Adjunta do Arquivo Nacional, apresentou a organização da Conferência Nacional de Arquivos (CNAHQ), que ocorrerá nos dias 26, 27 e 28 de maio, destacando seu caráter mais específico em comparação a outras conferências, mas com relevante função social relacionada ao acesso à informação, produção de conhecimento, preservação da memória e promoção de direitos. Ela ressaltou, como principal desafio, a ampliação da participação e dos interlocutores, diante de um campo ainda restrito, bem como a complexidade do processo, que envolve dimensões logísticas, políticas e de articulação entre Estado e sociedade civil, em uma comissão organizadora paritária.

A convidada informou que a conferência representa a retomada de um processo iniciado em 2011, com avanços na ampliação da participação social, incluindo representantes de arquivos comunitários. Conferiu destaque, ainda, para o apoio técnico especializado na condução metodológica e a importância do evento como

espaço de debate qualificado e geração de propostas de longo prazo. Foi indicada a possibilidade de participação de membros do colegiado nas atividades.

4.7. ITEM 8 - **APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNO DO BRASIL NA RUA**

A Sra. Carla Bezerra, do Gabinete Ministerial, apresentou o informe sobre a iniciativa Governo do Brasil na Rua, voltada à oferta de serviços públicos federais em diferentes regiões do país, com realização prevista de 30 eventos entre dezembro de 2025 e julho de 2026. Foi destacada a atuação do Ministério na iniciativa, garantindo atendimento direto à população e ampliando sua presença junto às pessoas, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade e exclusão digital. Ressaltou que a ação tem contribuído tanto para a prestação de serviços, quanto para o aprimoramento interno das políticas e instrumentos de atendimento. Informou que a iniciativa envolve articulação entre diversas áreas do Ministério e parcerias com outros órgãos, além de crescente demanda por participação em ações similares promovidas por outras instituições.

Por fim, foi enfatizado o caráter estratégico da ação como porta de entrada para serviços públicos, bem como os desafios relacionados à inclusão digital e à necessidade de estruturação permanente para ampliação do atendimento. Foi realizado convite para participação de interessados nas próximas atividades.

4.8. ITEM 9 - **AVALIAÇÃO FINAL**

A Sra. Bárbara Gil apresentou os resultados da avaliação da quinta reunião do comitê, realizada em 10 de dezembro de 2025, destacando a implementação do instrumento de avaliação como parte do processo de melhoria contínua, conforme orientação da Coordenadoria de Monitoramento, Apoio e Gestão (COMAG). Os dados indicaram alto nível de satisfação geral (87,5%), com destaque para a relevância dos temas, adequação aos objetivos do comitê e formato de convocação (100% de satisfação). Por outro lado, o tempo para cobertura da pauta apresentou menor índice de satisfação (25%), motivando ajustes no planejamento das reuniões e no plano de trabalho de 2026.

Foi reforçada a importância da participação dos membros no preenchimento das avaliações, como espaço seguro para sugestões e críticas. Por fim, foi disponibilizado o link e QR Code para avaliação da reunião em curso.

5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a participação de todas as pessoas presentes, destacou a importância do diálogo com a sociedade civil e dos ajustes realizados ao longo da reunião para melhor aproveitamento da pauta, e reforçou a necessidade de preenchimento da avaliação e da lista de presença. Assim, a reunião foi encerrada.

6 **APÊNDICE 1 – PLANILHA DE CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO**

ID	UNIDADE	TITULARES	SUPLENTE	TOTAL
I	Gabinete	0	0	0
II	Secretaria-Executiva	0	1	1
III	Assessoria Especial de Participação e Diversidade	0	1	1

IV	Assessoria Especial de Assuntos Internacionais	0	1	1
V	Assessoria Especial e Controle Interno	1	0	1
VI	Assessoria Especial de Cooperação Federativa	1	0	1
VII	Ouvidoria	0	1	1
VIII	Corregedoria	1	0	1
IX	Consultoria Jurídica	1	0	1
X	Secretaria de Gestão e Inovação	0	1	1
XI	Secretaria de Relações de Trabalho	0	0	0
XII	Secretaria de Governo Digital	0	1	1
XIII	Secretaria e Coordenação e Governança as Empresas Estatais	1	1	2
XIV	Secretaria de Serviços Compartilhados	1	0	1
XV	Secretaria de Gestão de Pessoas	0	0	0
XVI	Assessoria Especial de Comunicação Social	0	0	0
XVII	Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares	0	0	0
XVIII	Arquivo Nacional	1	0	1
XIX	Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado	0	1	1
XX	Secretaria do Patrimônio da União	1	0	1
TOTAL				15
Quórum de instalação da reunião		15/20=0,95	75%	

BÁRBARA LUISA PEREIRA DA SILVA GIL
Secretaria-Executiva

JULIANA MENDES RODRIGUES
Presidenta



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Mendes Rodrigues, Chefe(a) de Assessoria**, em 27/04/2026, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Luisa Pereira Gil, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 27/04/2026, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60794000** e o código CRC **D3157DBD**.

Referência: Processo nº 18001.000533/2026-94

SEI nº 60794000